A Covardia de Josemar

A partir do momento em que um debate se torna público, ele deixa de ser uma troca lateral de impressões e passa a carregar implicações que ultrapassam os indivíduos diretamente envolvidos, sobretudo quando se trata da interpretação de um campo ainda em formação, cujas bases teóricas, e práticas organizativas permanecem em disputa. Não se trata apenas de uma divergência pontual; falo de um problema que toca a própria possibilidade de elaboração coletiva, pois aquilo que se afirma publicamente incide sobre práticas, orientações e modos de agir que, em última instância, dizem respeito à luta contra uma ordem social concreta. Nesse nível, a palavra não pode ser tratada como um exercício retórico, como um jogo de posições ou um mecanismo de autoafirmação desvinculado da realidade material; ela implica responsabilidade, coerência e, sobretudo, sustentação prática. Falar em superação de uma forma social fundada na exploração exige enfrentar as contradições reais, inclusive aquelas que atravessam os próprios sujeitos e organizações que se colocam nesse campo.

Essa exigência nos conduz inevitavelmente ao problema da crítica e da autocrítica como dimensão constitutiva de qualquer processo que pretenda alcançar algum grau de efetividade histórica. As experiências do passado demonstram, com clareza suficiente, que a incapacidade de lidar com contradições internas, de historicizar práticas e de submeter posições à crítica rigorosa tende a produzir formas de organização frágeis, marcadas por disputas personalistas, ressentimentos acumulados e ausência de horizonte comum. A crítica não pode ser reduzida a uma ofensa subjetiva, nem a um ataque moral; ela precisa ser compreendida como instrumento de elaboração coletiva. Quando ela é recusada ou reinterpretada como agressão pessoal, o que se instaura é a transferência do debate para um terreno em que a validade de uma posição passa a depender de sua aceitabilidade subjetiva, abrindo espaço para a construção arbitrária de critérios que protegem o indivíduo e esvaziam o conteúdo político da discussão.

O campo das esquerdas, de maneira geral, apresenta uma estrutura profundamente fragmentada, composta por uma multiplicidade de organizações, tendências e estratégias que raramente convergem de forma consistente. Essa fragmentação expressa divergências profundas quanto aos caminhos, às mediações e aos próprios objetivos da luta política. No interior desse quadro, os setores vinculados ao anarquismo, ao autonomismo e ao comunismo libertário tendem a operar a partir de alguns princípios compartilhados, entre

os quais se destaca a auto-organização. Esse princípio estabelece um limite objetivo à constituição de instâncias centralizadas capazes de determinar de forma unívoca os rumos do movimento, o que, por um lado, impede a cristalização de estruturas hierárquicas rígidas, mas, por outro, coloca desafios no que diz respeito à coordenação, à elaboração estratégica e resolução de conflitos internos. A ausência de centralização não elimina as contradições; ao contrário, muitas vezes as torna mais difusas, exigindo um grau ainda maior de maturidade política para que possam ser enfrentadas de maneira produtiva. A crítica tem papel importante, pois ela se torna uma das poucas ferramentas capazes de produzir algum nível de unidade prática sem recorrer a mecanismos de imposição. No entanto, quando essa crítica é substituída por práticas de desqualificação sistemática do outro, o que se observa é a transformação do debate em um espaço de disputa por reconhecimento, no qual a afirmação de si depende da diminuição do outro. Esse tipo de dinâmica não apenas empobrece o conteúdo das discussões, como também contribui para a reprodução de uma lógica concorrencial no interior de um campo que, em tese, se orienta pela superação das formas sociais que sustentam essa mesma concorrência. A crítica deixa de operar como mediação para a construção coletiva e passa a funcionar como instrumento de diferenciação individual, produzindo um ambiente em que o conflito não gera elaboração, apenas aprofunda cisões.

Nesse terceiro texto em torno da polêmica com Josemar, quero dialogar com alguns pontos que vem sendo trazidos em seus vídeos (recheados de gritos e descontrole emocional em tons de ameaça) em que este sujeito faz uma série de apontamentos a meu respeito, inclusive colocando em questão a validade do meu trabalho que venho desenvolvendo há mais de vinte anos. Em um novo vídeo intitulado “Se Você Escrever Mentiras Sobre a Gente, Falamos a Verdade Sobre Você: Refutando as Falásias de A.M.” (sic), o referido dono do canal não só esvazia o sentido histórico do meu trabalho, como invalida praticamente toda a minha existência, exigindo (dentro de sua concepção absurda de interlocução) que eu me justifique, quase que como um movimento de pedir perdão a um suposto mentor. Essa questão, inclusive, é colocada metaforicamente em torno do filme Kill Bill, onde a personagem decide matar o seu ex-mestre por razões conhecidas dentro do cinema hollywoodiano. Outro ponto exaustivamente elencado como “argumento” é o fato d´eu ser um vagabundo, que nunca trabalhou na vida e que por isso decidiu se aventurar nas produções em torno das artes. Mais uma questão colocada é a minha falta de intelecto, como se eu fosse burro, incapaz de encadear ideias, dependendo

de ferramentas como inteligências artificiais, ignorando o fato d´eu já ser praticamente doutor na minha área e ter escrito centenas de textos que estão publicados em livros, zines, sites, blogs, revistas internacionais, entre outras plataformas que venho historicamente me inserindo para divulgar minhas ideias. Esse movimento de desqualificação é antigo, data dos idos de 2011, quando tive contato (dentro de um contexto de militância) com Josemar. Seguiremos o texto nesse sentido...

A minha trajetória se insere nesse conjunto de questões de forma concreta, atravessada por determinações materiais que não podem ser ignoradas. Em breve completarei quarenta e três anos, e a minha formação política não se deu a partir de um percurso linear ou institucionalmente protegido, mas em meio a condições que exigiram escolhas, mudanças e adaptações constantes. Filho de mãe solteira, professora, vivi desde cedo os limites impostos por uma realidade em que os recursos são escassos e as possibilidades precisam ser construídas com esforço contínuo. A arte surgiu como um campo de atuação possível, inicialmente sem a clareza de seu alcance político, mas já marcada por uma relação direta com a experiência social concreta. Ainda na escola, comecei a tocar em bandas de punk, rock e metal, circulando por espaços de São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro, como o Garage, que funcionava como um ponto de encontro de diferentes cenas. Essa inserção inicial no campo musical (1999-2003) se deu como forma de expressão e de pertencimento. No entanto, por volta de 2003, a necessidade de reorganizar a vida material e de buscar alguma estabilidade me levou a interromper essa trajetória nas bandas e a direcionar meus esforços para a construção de um espaço próprio de produção. Sem condições financeiras para adquirir equipamentos de forma imediata, encontrei no trabalho uma via para viabilizar esse projeto.

Consegui um emprego no Bingo Central, no centro de Niterói, em frente às barcas, e passei por diferentes funções ao longo do tempo: trabalhei como faxineiro, servi café, atuei na cozinha e, posteriormente, fui transferido para o vídeo-bingo, onde a possibilidade de receber gorjetas ampliou minha renda. Foi a partir desse acúmulo que consegui adquirir equipamentos e montar o Studio 202, que, apesar de pequeno e precário, se tornou um espaço de produção relevante para o rap do Rio de Janeiro naquele período. Um aspecto que considero fundamental é que ninguém pagava para gravar ali; era um estúdio popular, sustentado por uma lógica de compartilhamento que, embora limitada pelas condições materiais, permitiu o registro de diversos trabalhos importantes que estão na história do rap. A transição do rock para o rap representou um avanço significativo na

minha formação crítica, pois me colocou em contato com uma forma cultural diretamente vinculada às experiências das classes subalternas urbanas, com uma densidade política que, naquele momento, ampliou minha compreensão da realidade social. Minha relação com o hip hop não foi mediada por um interesse externo ou acadêmico, mas construída a partir da prática, onde gravei, produzi, divulguei, realizei videoclipes e estabeleci relações de trabalho com inúmeros artistas e grupos da cena, muitos dos quais posteriormente alcançaram reconhecimento mais amplo. Ao mesmo tempo, desenvolvi atividades de formação, produzindo vídeo-aulas que circularam pelo país e contribuíram para a formação de novos produtores, ampliando o alcance dessa prática.

Paralelamente a essa atuação, busquei ingressar na universidade, inicialmente sem sucesso. Em 2007, me aproximei da Frente Internacionalista dos Sem Teto, registrando ocupações na Lapa que foram rapidamente reprimidas, com os prédios sendo concretados logo em seguida, o que evidenciava, de forma brutal, os limites impostos pelo Estado às tentativas de organização popular. Em 2008, ingressei na Universidade Gama Filho, conciliando os estudos com o trabalho em call center, e, no ano seguinte, consegui transferência para a Universidade Federal Fluminense, onde a obtenção de bolsa de estudos representou um alívio importante do ponto de vista material. Foi nesse ambiente que minha formação teórica ganhou maior consistência, não apenas pela qualidade do ensino, mas pela presença de uma vida política mais orgânica, que possibilitava o contato direto com debates, organizações e práticas militantes. Minha aproximação com o movimento estudantil ocorreu por volta de 2010, momento em que já acumulava uma produção significativa no campo audiovisual, com documentários como *As Palavras de um Faminto* (2006), *De Repente: Poetas de Rua* (2009), *Do Olho ao Avesso* (2011) e *Os Presos de Março* (2011), além de uma série de outros trabalhos, incluindo videoclipes, registros de eventos e atividades ligadas à cultura hip hop no Rio de Janeiro.

Minha trajetória pessoal não está desvinculada do problema colocado. Ela é parte de um processo de formação que articula prática, experiência e elaboração teórica. Foi nesse contexto que me conectei ao movimento estudantil da UFF e encontrei Josemar, não como uma figura isolada, mas como expressão de uma dinâmica que atravessava aquele espaço e que, de certa forma, sintetizava tendências mais amplas do campo político ao qual ele se vinculava. O movimento estudantil, longe de ser um terreno homogêneo de elaboração coletiva, se apresentava como um espaço de disputa permanente por legitimidade, visibilidade e autoridade, no qual a consistência da intervenção

frequentemente cedia lugar à performance, e onde a afirmação de determinadas posições não se dava pela capacidade de sustentar análises ou organizar práticas, mas pela imposição de uma hierarquia simbólica construída no interior das relações cotidianas. Josemar tinha uma forma de intervenção que não se orientava pela construção de um debate em termos compartilháveis, mas pela necessidade constante de estabelecer uma posição superior, que só se tornava possível mediante a produção simultânea de um outro rebaixado, eterno ouvinte de suas teses. Sua fala era sempre (e necessariamente sempre) em tom professoral, exigindo ouvintes sempre atentos. Um bate-papo facilmente virava uma aula. Ou seja, o outro deveria, antes de tudo, ouvir, ser colocado no seu devido lugar.

A desqualificação era eixo estruturante da sua atuação (sobretudo quando identificava em outra pessoa algum tipo de ameaça), uma operação reiterada que antecedia o próprio conteúdo das discussões, como se fosse necessário, antes de qualquer coisa, interditar a legitimidade do interlocutor para garantir que nada do que viesse dele pudesse adquirir peso no interior do coletivo. Essa dinâmica, que naquele momento poderia ser interpretada como expressão localizada de uma disputa específica, revela-se, à distância, como algo mais consistente, que se prolonga no tempo e reaparece em diferentes contextos, inclusive agora, no plano público, onde o conflito assume outra escala. O que se vê, no entanto, não é uma ruptura com aquela forma inicial, mas a sua intensificação, onde existe a mesma necessidade de hierarquizar, a mesma recusa em enfrentar o outro no terreno daquilo que ele produz, a mesma tendência a converter o debate em um espaço de afirmação pessoal.

A reação ao termo “covarde”, no vídeo Informes & Reflexões Aleatórias: O Fenômeno das Misérias e Riquezas nos Seio das Esquerdas 05/04/26, deve ser compreendida à luz dessa continuidade. Ao invés de situar a crítica no plano em que ela foi formulada (como tentativa de nomear um modo de operar politicamente), Josemar a reconverte em ataque psicológico, como se o problema estivesse na palavra em si e não na prática que ela busca apreender, e, ao fazê-lo, reorganiza o debate segundo critérios que ele próprio estabelece, transferindo a discussão para um campo em que a intensidade da reação, a elevação do tom e a dramatização passam a funcionar como medida de verdade. Esse movimento não apenas altera os termos da interlocução, mas reforça aquilo que já se apresentava desde o movimento estudantil, ou seja, a tentativa de controlar as condições do debate, de definir o que pode ou não ser dito, de estabelecer quais críticas são aceitáveis e quais devem ser rejeitadas como ilegítimas, sempre a partir de uma

instância que se coloca acima do próprio processo coletivo. Ao insinuar que determinadas afirmações não seriam sustentadas "pessoalmente", ele introduz ainda um elemento de intimidação simbólica que busca situar a disputa do plano da linguagem para o da presença, como se a validade de uma posição dependesse da disposição para um enfrentamento direto, o que, em última instância, empobrece o debate e o afasta das exigências que uma crítica política consequente deveria assumir. O que se mostra, portanto, não é apenas um desacordo entre indivíduos, mas o confronto entre formas distintas de compreender e praticar a política: de um lado, uma perspectiva que vincula palavra, prática e produção como dimensões indissociáveis; de outro, uma forma de intervenção que se sustenta na construção de hierarquias simbólicas, na desqualificação do outro e no controle das condições de reconhecimento.

A recusa da crítica não aparece, nesse caso, como enfrentamento direto de uma posição que poderia ser analisada, tensionada ou refutada no interior de um campo comum de inteligibilidade, mas como uma operação de reconfiguração do próprio terreno em que a crítica se torna possível, pois aquilo que foi formulado como categoria política (a nomeação de uma forma de agir, de uma postura recorrente, de um modo de intervenção), é imediatamente traduzido para o registro da ofensa subjetiva, como se a palavra não pudesse ter densidade analítica e se esgotasse em sua capacidade de ferir, o que implica, ao mesmo tempo, uma neutralização do conteúdo da crítica e uma reorganização do debate segundo critérios que não foram compartilhados, mas unilateralmente instituídos. Ao afirmar que determinada formulação constitui um "ataque psicológico", o eixo da discussão vai para a sensibilidade individual, instaurando um regime no qual a validade de uma crítica passa a depender de sua aceitabilidade subjetiva, e não de sua correspondência com processos efetivos; nesse movimento, não apenas se protege o indivíduo daquilo que poderia ser elaborado como problema, mas também se estabelece uma forma de controle sobre o que pode ou não ser dito, pois qualquer formulação que ultrapasse o limite do tolerável, tal como definido por quem reage, pode ser imediatamente desqualificada como ilegítima, violenta ou abusiva, independentemente de sua consistência. Por outro lado, Josemar usa todo tipo de ad hominem como "imbecil" entre outros adjetivos ainda que negue a tentativa de estabelecer uma disputa em torno das ofensas e ameaças veladas, colocando em evidência o seu desejo em ir para as vias de fato.

Essa reorganização do debate assume a forma de uma teatralização em que o corpo, a voz e a performance passam a ocupar o lugar que deveria ser da elaboração. Há uma modulação deliberada da voz, que se torna mais grave, mais agressiva, como se a intensidade sonora pudesse funcionar como garantia de verdade; há momentos em que a fala do outro é reconstruída de forma caricatural, com alterações de entonação e simplificações que visam produzir efeito de ridicularização, como se fosse necessário transformar o argumento em objeto risível antes mesmo de enfrentá-lo; há, ainda, a introdução de um elemento de intimidação simbólica, quando se sugere que determinadas afirmações não seriam sustentadas em um encontro presencial, insinuando que a validade de uma posição dependeria da disposição para um confronto físico ou, ao menos, de uma presença corporal que funcione como garantia de coragem. Nesse conjunto, o que se observa é uma regressão do debate político para formas mais imediatas de afirmação, nas quais a força do argumento cede lugar à força da performance, e onde a elevação do tom, a caricatura e a ridicularização operam como substitutos de uma elaboração que não se realiza.

Essa forma de intervenção encontra correspondência direta no modo como o discurso se organiza em torno do próprio sujeito, não como mediação para compreender processos mais amplos, mas como centro gravitacional que absorve e reorganiza tudo à sua volta. A recorrência de elementos da vida pessoal (a gata, os filhotes, a mariposa interpretada como portadora de uma mensagem, o aniversário da mãe, os detalhes da obra em casa, os conflitos familiares) não pode ser tratada como simples digressão ou traço de estilo, pois ela indica uma estrutura em que a experiência individual é elevada à condição de princípio organizador do discurso, mudando o foco da análise para a auto-narração contínua. Nesse regime, a vida pessoal se converte em capital simbólico, como se a exposição de si pudesse funcionar como fundamento suficiente para sustentar uma posição política, o que implica uma dissolução das mediações que permitiriam articular experiência e totalidade social. A política, nesse caso, tende a se reduzir a uma espécie de autobiografia expandida, na qual o mundo aparece filtrado pelas vicissitudes do sujeito, e não como realidade objetiva a ser compreendida e transformada. Quando essa centralidade do eu se articula com a ausência de produção efetiva, seja no campo da música, do cinema ou da elaboração teórica, o que se produz é uma forma específica de compensação simbólica, na qual a autoridade precisa ser afirmada por meio da linguagem, da performance e da desqualificação do outro, já que não encontra sustentação em uma

obra que possa ser confrontada. Projetos anunciados e não realizados, ideias que não se concretizam, iniciativas que permanecem no plano da intenção compõem um quadro em que a prática não se consolida como base material da intervenção, e é precisamente nesse vazio que o discurso se expande, buscando ocupar o lugar deixado pela ausência de realização. A insistência em afirmar superioridade, em classificar o outro como medíocre, raso ou incapaz, aparece, nesse contexto, como operação necessária para manter uma posição que não pode ser demonstrada empiricamente, funcionando como mecanismo de estabilização de uma identidade que, sem esse recurso, tenderia a se desfazer diante da ausência de correspondência entre aquilo que se diz e aquilo que se faz.

Esse tipo de dinâmica não pode ser compreendido apenas no plano individual, pois ele se insere em uma forma social mais ampla, marcada pela concorrência por reconhecimento que atravessa o campo político contemporâneo, inclusive em seus setores que se reivindicam críticos da ordem vigente. Em um contexto em que a legitimidade, a visibilidade e a autoridade se tornam recursos escassos, a disputa tende a assumir a forma de uma competição por posições, na qual os indivíduos buscam afirmar-se não apenas pelo que produzem, mas também pela capacidade de desqualificar concorrentes, transformando o outro em obstáculo a ser removido. Essa lógica, que remete diretamente à forma-mercadoria analisada por Marx, implica a generalização de uma relação em que os sujeitos se confrontam como portadores de qualidades que precisam ser comparadas, avaliadas e hierarquizadas, de modo que a própria política passa a operar segundo critérios que reproduzem, em escala subjetiva, as formas concorrenciais do capital. O reconhecimento, nesse cenário, não é resultado de uma prática coletiva consolidada, mas objeto de disputa, algo a ser conquistado e defendido, muitas vezes à custa da eliminação simbólica de quem poderia ocupar o mesmo espaço. A teoria marxiana oferece instrumentos importantes para compreender essa dinâmica, especialmente quando analisamos a forma como as relações sociais se apresentam invertidas, de modo que aquilo que é resultado de processos históricos aparece como atributo natural dos indivíduos. A autoridade, que deveria derivar da inserção concreta em práticas sociais determinadas, é percebida como qualidade intrínseca, como se alguns sujeitos fossem, por natureza, mais aptos a falar, a julgar, a dirigir. Essa inversão guarda relação com o que Marx descreve como fetichismo, no qual as relações entre pessoas assumem a forma de relações entre coisas, e as determinações sociais aparecem como propriedades individuais. Quando alguém afirma não se reconhecer como marxista, evocando a

conhecida frase de Marx sobre não ser “marxista”, mas, ao mesmo tempo, não enfrenta as determinações que a crítica marxiana revelou (a forma-mercadoria, a concorrência, a autonomização das relações sociais), o que se produz é uma apropriação superficial que preserva a aparência de radicalidade enquanto mantém intactos os mecanismos que estruturam a sociabilidade capitalista. A autogestão, quando desvinculada dessa crítica mais ampla, corre o risco de se reduzir a uma forma de administração local que não rompe com as determinações gerais do capital, reproduzindo, em escala reduzida, as mesmas lógicas que pretende superar.

Nesse contexto, o termo “covardia” precisa ser recolocado em seu devido lugar, não como insulto ou desqualificação moral, mas como categoria que busca apreender uma forma específica de evitar o confronto político em seus termos mais exigentes. Há covardia quando a crítica é recusada não por meio de sua refutação, mas por sua transformação em ofensa; há covardia quando o debate é deslocado para o plano da intimidação simbólica, insinuando que determinadas posições não seriam sustentadas em presença física; há covardia quando a caricatura e a ridicularização substituem o enfrentamento de argumentos; há covardia quando a autoridade é afirmada sem base material, apoiando-se na desqualificação reiterada do outro. Trata-se, portanto, de uma forma de fuga, não no sentido psicológico imediato, mas como operação política que evita a exposição a um terreno onde as posições poderiam ser avaliadas de forma mais objetiva, onde a prática, a produção e a elaboração funcionariam como critérios. A recolocação do debate nesse terreno é, ao mesmo tempo, o ponto de maior tensão e a única possibilidade de superação desse impasse, pois ela retira do discurso sua autonomia aparente e o reinsere no conjunto de relações que lhe dão sentido. Quando a discussão é reconectada com aquilo que se produz, com a continuidade da intervenção, com a capacidade de elaborar e sustentar posições ao longo do tempo, a diferença entre afirmação e realização se torna visível, e é nesse momento que a intensidade da autoproclamação encontra seus limites. O conflito deixa de se organizar como disputa por imagens para se constituir como confronto entre práticas, abrindo a possibilidade de uma crítica que não dependa da aceitabilidade subjetiva, mas que se sustente na realidade concreta. É nesse movimento que a política pode recuperar alguma densidade, afastando-se das formas degradadas que a reduzem a competição por reconhecimento e a reafirmando como campo de elaboração coletiva orientado pela transformação efetiva das condições sociais existentes.

Outro ponto da covardia de Josemar é sempre trazer a minha condição de classe na figura da minha "mamãe". Josemar é um cretino que sempre utilizou da psicologização do debate para se sobrepor aos seus adversários potenciais. Minha condição de classe é utilizada como forma de deslegitimar toda uma trajetória. Eu nunca recorri a falar da mãe de Josemar para debater política. E por que Josemar faz isso? Esse é um ponto sensível da minha vida privada, e que pela covardia notória de Josemar, evocar esse ponto, ainda que em linhas gerais, se faz necessário. Sei que isso soa como uma espécie de justificativa, mas buscarei contextualizar como forma de politizar o debate.

Eu sou um homem negro e pobre. Nasci em Niterói e tão logo fui para Rondônia. A vida lá se tornou insuportável devido à violência doméstica. Minha mãe, já na década de 1980, era uma importante militante de base. Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e anos mais tarde ajudaria na fundação do que viria a ser o PSTU. Estamos falando de uma histórica militante da base, atuante no SEPE de Niterói e envolvida em diversas polêmicas que não tenho o direito aqui de anunciar, pois isso compete à vida privada e política dela. Ela foi brutalmente perseguida por diversos setores, inclusive do próprio SEPE. Buscaram de todas as formas ataca-la, inclusive com a sua questão de classe, mesmo sendo uma professora do município de Niterói. Josemar tem uma espécie de fixação com a minha história e sabe que ao anunciar uma suposta dependência financeira de minha parte, parte para um plano psicológico da covardia, inclusive por ele conhecer a minha mãe pessoalmente e saber que ela é uma figura de peso na política niteroiense. Desde a minha infância, portanto, frequento espaços da esquerda. Tenho fotos em congressos, viagens internacionais, etc.

A fuga de Rondônia para o Rio de Janeiro, colocou a minha família em maus lençóis, pois uma mulher solteira teve que criar três crianças, trabalhar e militar em partidos de esquerda e sindicatos e sofrer as consequencias dessa vida. Sempre moramos de aluguel e vivenciando isso desde muito cedo eu trabalho em subempregos, ainda que tenha uma qualificação extraordinária no campo científico-intelectual-artístico. No mestrado, eu trabalhei como cozinheiro no restaurante Spetto Carioca, em Piratinga, sempre conciliando com a produção cinematográfica e intelectual. Meu apelido lá era "professor". Me chamar de "vagabundo" e "pequeno burguês" é um golpe baixo, rancoroso, covarde, cretino. Durante toda a minha vida acadêmica morei em repúblicas, só tardiamente, com um apartamento herdado de meu avô, tive o privilégio de ter um lugar próprio doado pela minha mãe. Com o doutorado tive o luxo de só estudar, produzir,

trabalhar intensamente na produção de uma pesquisa história no campo, com uma tese de quase 1500 laudas onde entrevistei nada menos que 49 cineastas de todos os lugares do Rio de Janeiro. Um trabalho com um gasto financeiro, físico e intelectual astronômico. Não é brincadeira. Minha dissertação de mestrado (e meu TCC!) virou referência no campo e os debates que venho promovendo nas redes tem estimulado o pensamento crítico, a formação de coletivos, filmes, produções das mais diversas, pois em momento algum deixo o vício do protagonismo tomar conta das minhas ações. Pelo contrário. Sou crítico ferrenho dessa droga que o Josemar adora: o micro-poder, típido de um Zé Ninguém.

O fato d´eu ter insistido na produção fonográfica, fotografia, pesquisas acadêmicas, documentários, discos e todo tipo de produção, fez com que meu trabalho fosse reconhecido socialmente, ainda que esse reconhecimento seja simbólico. Optei, portanto, por não me inserir em redes de mercado, indústria cultural, ainda que eu tenha tido todas as condições para seguir uma carreira no mercado e supostamente ser bem sucedido. Recusei isso no rock, no rap, no cinema e na academia. A fama não me interessa. O que me move é a transformação social. O fato d´eu ter bolsa, portanto, me colocou numa posição de privilégio evidente. Somado a isso, claro, continuo tendo apoio permanente por parte da minha mãe, que, claro, apoia meu trabalho por eu ser filho, mas também por reconhecer em alguma medida um valor social no que faço, pois ela é comunista. Isso é um privilégio dentro de uma sociedade miserável, mas não me coloca como um "pequeno burguês". Josemar é tão cretino, tão sujo, que afirmou que só pequenos burgueses moram no Centro da cidade. O prédio que eu moro é muito conhecido no Centro de Niterói, principalmente por ser um centro de prostituição, com movimentações intensas. Moram no meu prédio: trabalhadores autônomos, prostitutas, camelôs, garis, garçons, idosos, estudantes e desempregados. Meu prédio é conhecido por ter todo tipo de movimentação, jogo do bicho, entre outros. Uma parte dos moradores do famigerado prédio da caixa vieram morar aqui. Não mora nenhum pequeno burguês aqui. Pelo contrário. São trabalhadores pobres, precarizados.

Minha rotina de trabalho é intensa há pelo menos 25 anos. Ou seja, mais da metade da minha existência é dedicada à produção em torno das lutas sociais. No momento estou trabalhando no término da minha pesquisa de doutorado, onde fiz um filme com cinco capítulos e escrevi um trabalho quilométrico sobre o cinema independente do Rio de Janeiro, debatendo inclusive os filmes de Vladimir Seixas, que produziu o clássico

Vozerio (2015), que Josemar disse ser “confuso”, querendo diminuir a obra ao invés de enaltecer a obra de um camarada como o Vlad, que inclusive esteve nas nossas lutas do movimento estudantil. Eu escrevo diariamente, produzo, gravo. Esse é meu trabalho. Estou produzindo um documentário sobre José Paulo Netto, histórico militante brasileiro de suma importância ao mesmo tempo em que estamos no processo de montagem de um longa-metragem sobre as pessoas em situação de rua da Amaral Peixoto, que produzi na raça utilizando apenas um telefone celular, nas madrugadas da rua, conhecendo a vida como ela é, como forma de problematizar uma questão que é sistematicamente invisibilizada. Escrevi um trabalho antropológico de suma importância em torno desse documentário, que se chama Primeira Maloca. E, só um adendo: Josemar afirmou que a entrevista com José Paulo Netto foi a única com valor, segundo seu critério, sendo que eu já entrevistei milhares de pessoas ao longo da minha vida.

O fato de Josemar buscar, antes de tudo, construir uma imagem de ilegitimidade em torno da minha militância (que ele nega existir), da minha longa produção (difícil até de elencar aqui) é um traço típico da relação que foi construída onde um busca o tempo todo diminuir e anular o outro. Um ponto importante é que Josemar sempre buscou psicologizar as relações, se impondo como uma figura ameaçadora e tutora dos destinos políticos de tudo que poderia estar sob seu controle.

Desde que percebi o mau caratismo de Josemar (expresso em suas práticas cotidianas no movimento estudantil, sobretudo em torno do controle político dos movimentos em que participou), busquei me afastar, pois não haveria nenhum ganho político ou pessoal, o que me fez deletar todo o material relacionado a ele em meu canal da 202 filmes. Eu simplesmente não queria mais relação com um sujeito que quer me destruir, me fragilizar e me expor ao ridículo. Foram materiais que eu produzi em que ele protagonizava e ao ser reupado em seu canal, senti uma incompreensão de sua parte e solicitei a retirada. O fato saiu do controle quando Josemar, covardemente (e de forma capciosa), retirou um áudio do zap e subiu em seu canal, onde eu o xingava no privado por esse acúmulo de tensões ter chegado ao seu limite e também por eu ter entrado em um grupo de zap seu. Aqui cabe uma autocrítica de minha parte. Entrei neste grupo sem ser convidado, por meio de um link e atuei ali provocando uma participação que não existia, o que, mais tarde, compreendi ter sido uma ação ridícula de minha parte. Isso esquentou o clima, pois Josemar se sentiu invadido, pois o espaço era seu, de seu controle. Foi nessa dinâmica que entramos numa discussão no privado.

Com relação à minha prática no movimento estudantil também cabe uma reflexão crítica e autocrítica de minha parte. Eu entrei para o me ainda inexperiente, ávido por conhecimento e produção. Só para se ter uma ideia, de 2009 a 2013 eu produzi filmes como El Pueblo que Falta (com o também covarde André Queiroz), os já citados no início deste texto, e mais um sem número de produções inclusive nas Jornadas de Junho de 2013, que filmei praticamente na íntegra, correndo todos os riscos possíveis. Estamos falando de uma produção no audiovisual de grosso calibre. Hoje, eu já produzi mais de trinta filmes autorais, ajudando a escrever a história do cinema no Rio de Janeiro e no Brasil. Nenhum vagabundo produziria, ainda com condições materiais, uma obra tão vasta. É escusado dizer que isso incomoda Josemar. Bom, mas no âmbito do me, ainda em processo de aprendizado, me preocupei ativamente com o resguardo da memória do nosso movimento. A princípio, nossa tarefa coletiva era produzir o material com a participação efetiva de todos, o que não se deu por razões que já elenquei no primeiro texto. Coube a mim traçar uma rota para a produção de duas obras: Prévia do Amanhã (2011) e UTOPIA e cidade (2012); este último, se tornou também uma referência na cinematografia das lutas estudantis. Esse processo, fez Josemar entrar em colapso, desertando, inclusive, de participação efetiva em momentos decisivos da luta. Ele sabia que saindo fragilizaria a coletividade e de forma capciosa utilizava do seu micro-poder para isso.

Minha última tentativa de me organizar com Josemar foi na construção da assembleia antifascista, que chegou a acontecer na UFF algumas vezes graças aos nossos esforços. Mesmo me esforçando em compartilhar da minha estrutura, para Josemar não era o suficiente, pois ele queria a alma e isso eu não poderia oferecer. A relação com Josemar não se dá no sentido político, mas sim na capacidade de se subalternizar em torno de um pacto invisível e isso eu nunca estive disposto a ceder o que para ele foi motivo de uma fixação em torno da minha pessoa.

Diferente de Josemar, não sou um covarde. Tudo o que digo por escrito ou em vídeos, filmes, músicas, afirmo presencialmente. Política e disputas para mim é coisa séria. Não me intimido com ameaças veladas e também não cedo a pactos de submissão onde a política desaparece para uma escravidão simbólica em torno de um mestre covarde, que não arca com o ônus das relações que se mete.

O debate continua...

Arthur Moura